



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA  
AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

### **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 23/2019**

#### **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 23/2019**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO ELETRÔNICO (SEI) [0001851-05.2019.6.22.8080](#)**

**ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA E CULTURAL QUE ENTRE SI CELEBRAM O TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA, A UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE E O INSTITUTO DE PESQUISAS SOCIOJURÍDICAS DA AMAZÔNIA.**

A UNIÃO, por intermédio do **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE-RO**, inscrito no CNPJ sob o nº 04.565.735/0001-13, com sede na Av. Presidente Dutra, 1889, Baixa União, CEP: 76.805-901, em Porto Velho/RO, neste ato representado por seu Presidente, **Desembargador SANSÃO SALDANHA**, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG 274.136 – SSP/DF e CPF 059.977.471-15, doravante denominado **TRE-RO**, a **UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE**, autarquia federal vinculada ao Ministério da Educação, criada pela Lei nº 3.848 de 18/12/60, com seu atual nome homologado pela Lei nº 4.831 de 05/11/65, com seu Plano de Reestruturação, através do Decreto 62.414 de 15/03/68, consolidado, tendo sido o seu Estatuto, aprovado pelo Conselho Federal de Educação, de acordo com o parecer nº 696 de 05/09/69, com sede na Cidade de Niterói/RJ, na Rua Miguel de Frias, nº 9 – Icaraí, CNPJ/MF sob nº 28.523.215/0001-06, doravante denominada **UFF**, neste ato representada pelo seu Magnífico Reitor, Professor **ANTONIO CLAUDIO LUCAS DA NÓBREGA**, portador da cédula de identidade nº 047412036, expedida pelo IFP/RJ, e inscrito no CPF/MF nº 808.987.697-87, e-mail(s): [reitor@id.uff.br](mailto:reitor@id.uff.br), telefone(s): (21) 2629-5205/2629-5208/97551-0000, e o **INSTITUTO DE PESQUISAS SOCIOJURÍDICAS DA AMAZÔNIA**, com sede Avenida Calama, 3800, sala A, Bairro Embratel, em Porto Velho, Estado de Rondônia, CEP 76820-780, inscrita no CNPJ



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

sob o nº 31.838.082/0001-71, doravante denominada simplesmente **IPESAM**, representada pela presidente **GÚNILA COELHO DA SILVA ALVES**, brasileira, casada, administradora, portadora da Cédula de Identidade Civil RG 627.849 SSP/RO e do CPF nº 699.360.052-87, e-mail(s): gunila2018@gmail.com, telefone(s): (69) 99377-8307, resolvem estabelecer **ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICO-CIENTÍFICA E CULTURAL**, consoante as seguintes cláusulas e condições:

### **CLÁUSULA PRIMEIRA**

As Instituições firmatárias procurarão estimular e realizar programas de cooperação técnico-científica e cultural, em conformidade com a legislação vigente e Normas de Direito, levando em consideração as suas possibilidades de pessoal.

### **CLÁUSULA SEGUNDA**

A cooperação compreenderá a transferência de conhecimentos e experiências e/ou qualquer outra atividade de interesse comum nos campos do ensino, da pesquisa, da extensão, da administração universitária e da capacitação de pessoal, envolvendo docentes, técnico administrativo, alunos de graduação e de pós-graduação.

### **CLÁUSULA TERCEIRA**

A cooperação recíproca aqui acordada será iniciada mediante solicitação específica de um dos partícipes, com a apresentação de ajustes específicos e pormenorizados, descrevendo os aspectos científicos, bem como os recursos envolvidos.

**Subcláusula Primeira** – Os ajustes e/ou projetos referidos nesta cláusula farão parte integrante do presente Acordo, passando a ter força executiva após a assinatura do instrumento aditivo correspondente, no qual se estabelecerão as responsabilidades e encargos dos partícipes, prazo para execução do plano de trabalho, indicação dos executores e demais características e exigências da ação conjunta.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**Subcláusula Segunda** – Os projetos referidos na subcláusula primeira disporão, no mínimo, sobre os seguintes assuntos:

- 1 - Título e descrição do projeto;
- 2 - Responsável pela execução do projeto em cada uma das firmatárias;
- 3 - Obrigações dos partícipes;
- 4 - Prazos e cronograma da execução;
- 5 - Recursos necessários à execução do projeto;
- 6 - Condições quanto à propriedade industrial e comercialização dos resultados de acordo com o disposto na Cláusula Quarta;
- 7 - Rescisão; e
- 8 - Ratificação.

### **CLÁUSULA QUARTA**

A cooperação empreendida em decorrência do presente Acordo será baseada na participação comum em assuntos técnicos, científicos e culturais, com o propósito de acelerar e assegurar a expansão quantitativa e qualitativa das funções de ensino, pesquisa, extensão, administração universitária e capacitação de pessoal, e poderá consistir em:

1. Promover programas de pesquisa, de ensino, de extensão, de administração universitária, de capacitação de pessoal e intercâmbio de professores visitantes/ convidados objetivando, prioritariamente, projetos de interesse definidos nos planos de desenvolvimento das Instituições firmatárias;
2. Colaborar entre si, sob a forma de permuta de equipamento e material bibliográfico necessário ao programa comum pré-estabelecido.

**Subcláusula Única** – Os projetos acima referidos poderão também contar com a participação de outras instituições universitárias e não universitárias nacionais e/ou internacionais, desde que visem aos mesmos objetivos do presente Convênio e tenham o acordo expresso das instituições firmatárias.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**CLÁUSULA QUINTA**

As instituições firmatárias comprometem-se a colocar à disposição de todos os setores onde haja interesse no desenvolvimento de atividades decorrentes do presente Acordo, facilitando, dentro de suas possibilidades, a participação de seu pessoal técnico, docente e discente.

**CLÁUSULA SEXTA**

Para a consecução do previsto neste Acordo; as Instituições firmatárias indicarão seus representantes, aos quais caberá estabelecer as prioridades, orientar os trabalhos, acompanhar e avaliar a implantação dos programas a serem desenvolvidos.

**CLÁUSULA SÉTIMA**

Em todas as comunicações e publicações pertinentes a ajustes advindos deste Acordo, far-se-á menção expressa das Instituições firmatárias.

**CLÁUSULA OITAVA**

O presente Acordo vigorará pelo prazo de 05 (cinco) anos a partir da data de assinatura. O partícipe que dele se desinteressar deverá comunicar ao outro a sua intenção de rescindi-lo, com a antecedência mínima de 90 (noventa) dias, ficando ressalvadas as atividades em andamento até a data de sua conclusão.

**CLÁUSULA NONA**

O TRE-RO providenciará a publicação resumida do presente termo aditivo no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia – DJE e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993.

**CLÁUSULA DÉCIMA**

Em cumprimento ao art. 55, § 2º da Lei nº 8.666/93, o Foro legal para solucionar questões resultantes da aplicação deste contrato ou a ele relativas, não resolvidas na esfera administrativa, é o da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, com sede em Porto Velho/RO.

E por estarem em concordância, lavrou-se o presente instrumento, que, após lido e achado conforme pelas partes, foi assinado por meio do Sistema Eletrônico de Informação – SEI.

Porto Velho-RO, 06 de setembro de 2019.

Desembargador **SANSÃO SALDANHA**

Presidente do Tribunal Regional Eleitoral de Rondônia

**ANTONIO CLAUDIO LUCAS DA NÓBREGA**

Reitor da Universidade Federal Fluminense

**GÚNILA COELHO DA SILVA ALVES**

Presidente do Instituto de Pesquisas Sociojurídicas da Amazônia

Aldací Souza Mota

CPF: 326.504.772-53

Testemunha



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Luciano da Silva Santos

CPF 812.434.482-53

Testemunha

José Aparecido Alves de Lima

CPF 294.170.741-72

Testemunha



Documento assinado eletronicamente por **SANSÃO BATISTA SALDANHA, Presidente**, em 06/09/2019, às 12:23, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **GUNILA COELHO DA SILVA ALVES, Usuário Externo**, em 06/09/2019, às 13:35, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ANTONIO CLAUDIO LUCAS DA NÓBREGA, Usuário Externo**, em 06/09/2019, às 15:47, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 09/09/2019, às 13:49, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **LUCIANO DA SILVA SANTOS, Auxiliar Administrativo(a)**, em 09/09/2019, às 13:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **JOSÉ APARECIDO ALVES DE LIMA, Usuário Externo**, em 09/09/2019, às 17:01, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0453156** e o código CRC **0A98DE2F**.

---

0001851-05.2019.6.22.8080

0453156v2

---

Criado por 006007062364, versão 2 por 006007062364 em 06/09/2019 10:07:52.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0001851-05.2019.6.22.8080

INTERESSADO: ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL DE RONDÔNIA - EJE/RO e TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA - TRE/RO

ASSUNTO: ANÁLISE – MINUTA TERMO DE REFERÊNCIA, PLANO DE TRABALHO, TERMO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO e PRIMEIRO TERMO ADITIVO (UFF – TRE/RO – IPESAM)

**PARECER JURÍDICO Nº 0448838 / 2019 - PRES/DG/AJDG**

## **I – RELATÓRIO**

**01.** Trata-se de processo administrativo instaurado para registrar os atos referente à celebração de Termo de Cooperação Técnica entre este Tribunal e a Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Instituto de Pesquisas Sociojurídicas da Amazônia (IPESAM) para a realização pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado) para magistrados e servidores deste Regional.



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**02.** Por meio da Remessa [0448115](#), a EJE/RO - Escola Judiciária Eleitoral de Rondônia encaminhou os presentes autos para esta AJDG para análise e emissão de parecer jurídico, registrando que o Termo de Referência juntado no Processo SEI n. [0001136-60.2019.6.22.8080](#), já havia sido analisado anteriormente pela COMAP, evento [0421181](#).

**03.** Naqueles autos a Coordenadora da COMAP - unidade responsável pela avaliação de projeto básico e termo de referência - nos termos do inciso XXIV do art. 3º e inciso V do art. 17 ambos da Instrução Normativa TRE n. 004/08, entendendo que o atual vínculo que poderá ser formado (convênio) não se enquadre no conceito de contratações públicas, analisou o TR e concluiu que o mesmo se encontra em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I, e art. 14 da Lei n. 8.666/93, manifestando pela celebração do convênio, caso o TR seja aprovado e desde que juntados o PLANO DE TRABALHO e as certidões negativas de tributos federais, FGTS, Justiça do Trabalho e CNJ (evento [0421181](#)).

**04.** Nos presentes autos, encontram-se juntados Termo de Referência EJE-RO n. 69 (evento [0434660](#)), Plano de Trabalho (evento [0434662](#)) e minutas do Termo Acordo de Cooperação Técnico-Científica (evento [0434715](#)), do Primeiro Termo Aditivo ao referido acordo (evento [0434720](#)) e do Edital de Seleção n. 271/2019 (evento [0434729](#)), bem como certidões negativas do IMPESAM - Instituto de Pesquisas Sociojurídicas da Amazônia (evento [0435877](#)).

**05.** Registre-se que o objeto destes autos tramitou inicialmente no Processo SEI n. [0001136-60.2019.6.22.8080](#), para cursos de pós-graduação *stricto sensu* de Mestrado e Doutorado, tendo sido aberto e autuado o presente processo em razão da necessidade de reformulação dos documentos iniciais (Termo de Referência, Plano de Trabalho) diante da manutenção apenas do curso de mestrado (já que houve pouca adesão ao curso de doutorado) e também para facilitar a instrução processual do procedimento de contratação, inclusive porque naqueles autos havia a manifestação individual de vários servidores interessados nos referidos cursos, além de outros documentos distintos de contratação (evento [0434613](#)).

**06. É o necessário relato.**

## **II – DA ANÁLISE**





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

**07.** Inicialmente cabe registrar que convênio é um gênero que comporta várias espécies, dentre elas o Termo ou Acordo de Cooperação Técnica. Este pode ser conceituado como instrumento jurídico formalizado entre entidades da Administração Pública ou entre entidades privadas sem fins lucrativos, com o objetivo de firmar interesse na mútua cooperação técnica, visando execução de programas de trabalho, projeto/atividade ou evento de interesse recíproco, da qual não decorra obrigação de repasse de recursos entre os partícipes.

**08.** A Lei nº 8.666/93, que institui normas para licitações e contratos da Administração Pública, estabelece que as minutas de acordos da Administração Pública devem ser previamente examinadas e aprovadas por Assessoria Jurídica da Administração, *in verbis*:

**Art. 38.** O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente:

[...]

Parágrafo único. As **minutas de editais de licitação**, bem como as dos contratos, **acordos**, convênios ou ajustes **devem ser previamente examinadas e aprovadas por assessoria jurídica da Administração**. (Grifou-se)

**09.** Analisando a minuta do Termo de Acordo de Cooperação Técnico-Científica (evento [0434715](#)) quanto à forma, conteúdo e observância da legislação, conclui-se que está adequada e contempla os fins a que se propõe.

**10.** No tocante à minuta do Primeiro Termo Aditivo ao referido Acordo de Cooperação Técnico-Científica (evento [0434720](#)), verifica-se do seu conteúdo que não há qualquer alteração ou acréscimo ao acordo de cooperação em si, dispondo apenas, de forma mais detalhada, sobre o próprio projeto objeto do acordo, constando a descrição, os responsáveis pela execução, as obrigações, os prazos, cronogramas, recursos necessários para execução e a rescisão, não havendo qualquer irregularidade nesse sentido.

**11.** Em relação às minutas, tem-se que as mesmas deverão sofrer pequeno ajuste/acréscimo da seguinte forma:



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

No Termo de Acordo de Cooperação Técnico-Científica (evento [0434715](#)), conforme a seguir:

a) na cláusula nona, modificar a redação para fazer constar, como usualmente utilizado neste Tribunal, "O TRE/RO providenciará a publicação resumida do presente termo aditivo no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia – DJE e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993".

No Primeiro Termo Aditivo ao referido Acordo de Cooperação Técnico-Científica (evento [0434720](#)), conforme a seguir:

a) na subcláusula única da cláusula primeira, item 2, consta o nome específico de servidora como responsável pelo TRE/RO, devendo ser substituído por "Secretário da EJE/RO" ou ser acrescentado, após "[...] pelo TRE-RO", o termo "ou outro servidor que venha exercer a função de Secretário da EJE/RO", a fim de que essa personalidade não engesse o referido termo aditivo e obrigue a realização de outro aditivo para eventual substituição;

b) acrescentar uma cláusula sexta, após o término do primeiro parágrafo da cláusula quinta, para fazer constar, de forma simétrica, na mesma forma prevista na cláusula nona do Termo de Acordo de Cooperação Técnico-Científica (evento [0434715](#)), que "O TRE/RO providenciará a publicação resumida do presente termo aditivo no Diário Eletrônico da Justiça Eleitoral de Rondônia – DJE e no Diário Oficial da União, até o quinto dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de vinte dias daquela data, na forma do Parágrafo único do Art. 61, da Lei n. 8.666/1993".

**12.** Após a realização dos ajustes/acréscimos acima referidos e sugeridos, as minutas anexas estão alinhadas, no que for compatível com as disposições do art. 55, da Lei nº 8.666/93, que estabelece as cláusulas mínimas dos contratos administrativos, em especial:

**Art. 55.** São cláusulas necessárias em todo contrato as que estabeleçam:

I - o objeto e seus elementos característicos;

II - o regime de execução ou a forma de fornecimento;

III - o preço e as condições de pagamento, os critérios, data-base e periodicidade do reajustamento de preços, os critérios de atualização monetária entre a data do adimplemento das obrigações e a do efetivo pagamento;

IV - os prazos de início de etapas de execução, de conclusão, de entrega, de observação e de recebimento definitivo, conforme o caso;

V - o crédito pelo qual correrá a despesa, com a indicação da classificação funcional programática e da categoria econômica;

VI - as garantias oferecidas para assegurar sua plena execução, quando exigidas;



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

VII - **os direitos e as responsabilidades das partes**, as penalidades cabíveis e os valores das multas;

VIII - **os casos de rescisão**;

IX - o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 desta Lei;

X - as condições de importação, a data e a taxa de câmbio para conversão, quando for o caso;

XI - a vinculação ao edital de licitação ou ao termo que a dispensou ou a inexigiu, ao convite e à proposta do licitante vencedor;

XII - a legislação aplicável à execução do contrato e especialmente aos casos omissos;

XIII - a obrigação do contratado de manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação. (Grifou-se)

**13.** Considerando que não há obrigações recíprocas de natureza econômico-financeira entre as partes, tendo, inclusive sido juntado nos autos o necessário Plano de Trabalho, nos moldes sugeridos pela COMAP quando da análise do referido TR (evento [0421181](#)), é possível concluir que as minutas sob análise, após os ajustes sugeridos no item 11 acima, também atendem, para fins de possível aprovação, no que forem compatíveis, as disposições do art. 116 e seguintes da Lei nº 8.666/93, que estabelece regras específicas para os acordos firmados pela Administração Pública, a saber:

**Art. 116.** Aplicam-se as disposições desta Lei, no que couber, aos convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres celebrados por órgãos e entidades da Administração.

**§ 1º** - A celebração de convênio, acordo ou ajuste pelos órgãos ou entidades da Administração Pública depende de prévia aprovação de competente plano de trabalho proposto pela organização interessada, o qual deverá conter, no mínimo, as seguintes informações:

**I** - identificação do objeto a ser executado;

**II** - metas a serem atingidas;

**III** - etapas ou fases de execução;

**IV** - plano de aplicação dos recursos financeiros;

**V** - cronograma de desembolso;

**VI** - previsão de início e fim da execução do objeto, bem assim da conclusão das etapas ou fases programadas;

**VII** - se o ajuste compreender obra ou serviço de engenharia, comprovação de que os recursos próprios para complementar a execução do objeto estão devidamente



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

assegurados, salvo se o custo total do empreendimento recair sobre a entidade ou órgão descentralizador. (Grifou-se)

**14.** Acerca do conteúdo, as minutas contemplam o objeto do acordo, estabelecendo as regras necessárias para sua execução conforme o fim proposto, a orientação e consultoria no campo da pesquisa e desenvolvimento dos laboratórios e pesquisadores das instituições envolvidas em projetos comuns, em especial o fomento a pesquisas no Estado de Rondônia para o curso de Mestrado em Sociologia e Direito para os servidores deste Tribunal e magistrados que tenham interesse no referido curso.

**15.** Em relação ao Termo de Referência EJE-RO n. 69 (evento [0434660](#)), tem-se que o mesmo traz em seu bojo os elementos caracterizadores do objeto em que se pretende contratar, já sido devidamente analisado pela COMAP no evento [0421181](#) quando do exame do Termo de Referência n. 35 (evento [0412710](#)), que praticamente repete este Termo de Referência n. 69, havendo, inclusive, sido juntado Plano de Trabalho e certidões negativas do IPESAM, conforme mencionado na referida análise da COMAP, faltando apenas as certidões negativas da UFF - Universidade Federal Fluminense, as quais, embora não constitua requisito indispensável, já que não há obrigação financeira por parte deste Tribunal, seria de boa prática as respectivas juntadas. Com efeito, o mencionado Termo de Referência n. 69 (o qual foi devidamente analisado pela COMAP no evento [0421181](#), quando do exame do Termo de Referência n. 35, evento [0412710](#), que praticamente repete este TR n. 69), pode ser aprovado pela autoridade superior, embora o acordo a ser firmado e ora examinado não se enquadre no conceito de contratação pública, em que se exige, necessariamente, a existência de termo de referência/projeto básico.

**16.** Convém deixar ressaltado que o § 2º do art. 55 da Lei n. 8666/93, aplicável aos convênios e acordos por força do art. 116 desta mesma lei, dispõe que "*nos contratos celebrados pela Administração Pública com pessoas físicas ou jurídicas, inclusive aquelas domiciliadas no estrangeiro, deverá constar necessariamente cláusula que declare competente o foro da sede da Administração para dirimir qualquer questão contratual*", estando tal exigência devidamente cumprida nos termos da cláusula nona do Termo de Acordo de Cooperação Técnico-Científica (evento [0434715](#)) ao qual prevê foro da Justiça Federal, Seção Judiciária do



## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Estado de Rondônia, para dirimir as controvérsias eventualmente instauradas a execução desse termo, não solvidas administrativamente.

17. Por último, no tocante à minuta do Edital Especial de Seleção n. 271/2019 (evento [0434729](#)), embora, da mesma forma que o TR, não seja exigido para o presente acordo de cooperação técnico-científico e o respectivo primeiro aditivo, tem-se que o referido ato convocatório também está em conformidade com o que pretende selecionar, devendo, apenas, adequar as datas do calendário do processo seletivo, previsto no item 2.4 do referido edital, uma vez que está constando o período de 19 a 20 de agosto de 2019 para as etapas de seleção.

### **III – DA CONCLUSÃO**

18. Por todo o exposto, conclui-se que o **Termo de Referência n. 69/2019** (evento [0434660](#)) possui os elementos essenciais encontrando-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º, inciso IX, art. 7º, inciso I, e art. 14 da Lei n. 8.666/93, podendo ser aprovado, devendo ser providenciadas, embora não configurando requisito indispensável, porquanto não há obrigação financeira por parte deste Tribunal, as certidões negativas de tributos federais, FGTS, Justiça do Trabalho e CNJ da Universidade Federal Fluminense (UFF), como boa prática, nos termos analisados no item 15 acima.

19. Da mesma forma, conclui-se que o **Plano de Trabalho** (evento [0434662](#)) está apto para aprovação, uma vez que está de acordo com os termos do art. 116, § 1º, da Lei n. 8.666/93.

20. Destarte, esta Assessoria, em cumprimento ao art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93, **APROVA** os termos das minutas dos acordos de cooperação técnico-científica e do primeiro termo aditivo desse acordo (eventos [0434715](#) e [0434720](#)), desde que após realizados os ajustes/acréscimo consoante sugestão exposta no item 11 acima, estando, depois de tais ajustes, os instrumentos aptos a produzirem os efeitos jurídicos pretendidos pela Administração.

21. Com relação ao Edital de Seleção n. 271/2019 (evento [0434729](#)), tem-se que o referido ato convocatório deve apenas adequar as datas do calendário do processo seletivo, constante no



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

item 2.4 do referido edital, conforme item 17 acima, estando em conformidade com o que pretende selecionar, motivo pelo qual esta Assessoria Jurídica **APROVA** os termos da minuta do referido edital e de seus anexos, em cumprimento do art. 38, parágrafo único, da Lei nº 8.666/93.

**22.** Por fim, registre-se que esta Assessoria Jurídica analisou os aspectos formais e jurídicos do pedido a ela submetida, não incumbe a esta unidade, nos termos regimentais, avaliar e pronunciar-se acerca de outras questões dado o seu caráter eminentemente técnico.

Submete-se à consideração da Diretoria-Geral, nos termos da REMESSA [0448115](#).



Documento assinado eletronicamente por **FREDERICO SADECK FILHO, Assessor Jurídico**, em 23/08/2019, às 18:55, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0448838** e o código CRC **2BE5CDE1**.

0001851-05.2019.6.22.8080

0448838v12

Criado por 005565662399, versão 12 por 005565662399 em 23/08/2019 18:55:27



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

PROCESSO: 0001851-05.2019.6.22.8080

INTERESSADO: ESCOLA JUDICIÁRIA ELEITORAL



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

ASSUNTO: Acordo de Cooperação Técnico-científica e Cultural para a realização de serviços educacionais de pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado).

**DESPACHO Nº 4078 / 2019 - PRES/DG/GABDG**

Trata-se de processo administrativo instaurado para registrar os atos referente à celebração de Termo de Cooperação Técnica entre este Tribunal e a Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Instituto de Pesquisas Sociojurídicas da Amazônia (IPESAM) para a realização de pós-graduação *stricto sensu* (Mestrado) para magistrados e servidores deste Regional ([0434657](#)).

Foram colacionados aos autos o Termo de Referência EJE-RO n. 69 (evento [0434660](#)), Plano de Trabalho (evento [0434662](#)) e minutas do Termo Acordo de Cooperação Técnico-Científica (evento [0434715](#)), do Primeiro Termo Aditivo ao referido acordo (evento [0434720](#)) e do Edital de Seleção n. 271/2019 (evento [0434729](#)), bem como certidões negativas do IMPESAM - Instituto de Pesquisas Sociojurídicas da Amazônia (evento [0435877](#)).

Na remessa [0448115](#), a EJE registrou que o termo de referência já havia sido analisado anteriormente pela COMAP no PSEI 0001136-60.2019.6.22.8080, evento [0421181](#).

Conforme o referido documento, COMAP concluiu que o Termo de Referência encontra-se em consonância com as normas gerais de contratações estabelecidas pelo art. 6º e inciso IX e art. 7º da Lei n. 8.666/93 para contratação direta, **na modalidade de convênio**, com inexigibilidade de licitação.

Instada a se manifestar, a Assessoria Jurídica da Diretoria-Geral opinou pela aprovação do Termo de Referência EJE-RO n. 69 (evento [0434660](#)), e do Plano de Trabalho (evento [0434662](#)) e, em aprovou as minutas do Termo Acordo de Cooperação Técnico-Científica (evento [0434715](#)) e do Primeiro Termo Aditivo ao referido acordo (evento [0434720](#)), ressaltando a necessidade de acréscimos e alterações apontadas no item 11 do parecer. Aprovou ainda o Edital de Seleção n. 271/2019 (evento [0434729](#)), ressaltando a necessidade de adequação das datas do calendário do processo seletivo, previsto no item 2.4 do referido edital ([0448838](#)).





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos

Inicialmente, verifica-se que do ponto de vista jurídico formal, nos termos do bem lançado parecer jurídico da ADJG ([0448838](#)), o presente convênio reúne as condições para sua aprovação, bem como partes do ajuste se encontram no exercício legítimo de suas autonomias administrativas, que no caso estão claramente dirigidas para a realização de seus desideratos legais.

Do ponto de vista da análise da conveniência para celebração do convênio, verifico que a aprovação da presente parceria trará grandes vantagens aos servidores desta justiça especializada, tendo em vista que o vínculo junto ao Instituto de Pesquisas Sociojurídicas da Amazônia (IPESAM) visa garantir as condições para estreitar um convênio que garanta a execução junto ao Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia, do Programa de Pós-Graduação *stricto sensu* em Sociologia e Direito da Universidade Fluminense (PPGSD-UFF).

Some-se a isso que é de interesse deste Tribunal o constante aperfeiçoamento de seus colaboradores, com constantes capacitações, sem custos para os cofres públicos, ou possibilitar a qualificação de todos os colaboradores minimizando seus custos a serem despendidos para tal fim, de modo a incentivar a qualificação/capacitação de todo o corpo técnico.

Por fim, registra-se que, em cumprimento ao artigo 38, parágrafo único da Lei nº 8.666/93, as minutas do Termo Acordo de Cooperação Técnico-Científica (evento [0434715](#)), do Primeiro Termo Aditivo ao referido acordo (evento [0434720](#)) e do Edital de Seleção n. 271/2019 (evento [0434729](#)) foram devidamente aprovadas pela Assessoria Jurídica

Assim, pela competência delegada pelo inciso II do art. 1º da Portaria GP n. 66/2018, bem como vislumbrando toda viabilidade e vantajosidade para este Tribunal, **esta Diretora-Geral aprova o Termo de Referência EJE-RO n. 69 (evento [0434660](#)) e autoriza o Acordo de Cooperação Técnica entre este Tribunal, a Universidade Federal Fluminense (UFF) e o Instituto de Pesquisas Sociojurídicas da Amazônia (IPESAM) e do Primeiro Termo Aditivo ao referido acordo**, nos termos das minutas aprovadas pela referida Assessoria Jurídica no exercício de sua atribuição normativa, guardadas as ressalvas apontadas.

À SAOFC para providências, observando-se as orientações contidas nos itens 11 e 17 do Parecer Jurídico.

---





## **TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **LIA MARIA ARAÚJO LOPES, Diretora Geral**, em 27/08/2019, às 10:56, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0449105** e o código CRC **FD4BB3F0**.

0001851-05.2019.6.22.8080

0449105v10

Criado por 026098941465, versão 10 por 000396362321 em 27/08/2019 10:56:16.



TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA

AV. PRESIDENTE DUTRA, 1889 - Bairro BAIXA DA UNIÃO - CEP 76805901 - Porto Velho - RO - [www.tre-ro.jus.br](http://www.tre-ro.jus.br)

### **EXTRATO DE ACORDO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA**

Espécie: Acordo de Cooperação Técnica nº. 23/2019/TRE-RO, assinado em 06/09/2019, firmado entre o TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA – TRE/RO, CNPJ: 04.565.735/0001-13, a UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – UFF, CNPJ: 28.523.215/0001-06, e o INSTITUTO DE PESQUISAS SOCIOJURÍDICAS DA AMAZÔNIA – IPESAM, CNPJ: 31.838.082/0001-71. Objeto: Realização de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito (PPGSD) da Universidade Federal Fluminense (UFF) para candidatos residentes no Estado de Rondônia. Fundamentação Legal: Art. 116 da Lei nº 8.666. Vigência: 5 anos, contados a partir 06/09/2019. Signatários: Desembargador SANSÃO SALDANHA, Presidente do TRE-RO, ANTONIO CLAUDIO LUCAS DA NÓBREGA, Reitor da UFF e GÚNILA COELHO DA SILVA ALVES, Presidente do IPESAM. Processo SEI: 0001851-05.2019.6.22.8080.



**TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL DE RONDÔNIA**

Secretaria de Administração, Orçamento, Finanças e Contabilidade

Coordenadoria de Material e Patrimônio

Seção de Contratos



Documento assinado eletronicamente por **ALDACÍ SOUZA MOTA, Técnico Judiciário**, em 09/09/2019, às 12:22, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://www.tre-ro.jus.br/servicos-judiciais/verificacao> informando o código verificador **0453722** e o código CRC **ABB750FD**.

0001851-05.2019.6.22.8080

0453722v7

